



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

TERMO DE REFERÊNCIA

| DATA | ÓRGÃO SOLICITANTE | NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS |
|------------|---------------------------------|------------------------------|
| 08/08/2020 | SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA | 1191283 |

| RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO | SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA |
|--|--|
| Nome: MARINA BASTOS E-mail: marina.bastos@fazenda.mg.gov.br | Diretoria de Bens e Serviços Fazendários |

1. OBJETO:

O presente termo de referência tem por objeto a prestação de serviços de confecção e restauração de placas de sinalização, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

LOTE ÚNICO:

| ITEM | CÓDIGO DO ITEM NO SIAD | QUANTIDADE | UNIDADE DE AQUISIÇÃO (OU UNIDADE DE MEDIDA) | DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS |
|------|------------------------|------------|---|--|
| 01 | 000022276 | 01 | unidade | SERVICOS DE MANUTENCAO, REPARO E RESTAURACAO DE PLACAS DE SINALIZACAO, IDENTIFICACAO, INFORMACAO E ADVERTENCIA |
| 02 | 000036455 | 01 | unidade | SERVICO DE CONFECCAO E INSTALACAO DE PLACAS DE SINALIZACAO INTERNA E EXTERNA |

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

LOTE ÚNICO

| Nº | Código | Descrição do Item de Serviço | Unidade | Quantidade |
|----|-----------------------|---|----------|------------|
| 1 | 22276 | Restauração de placa externa existente com dimensões (LxA) 620cm x 60cm, consistindo em limpeza, remoção de adesivo existente e aplicação de novo adesivo de vinil de impressão digital. | Unitário | 1 |
| 2 | 36455 | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 50cm x 10cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 41 |
| | | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 18cm x 18cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 9 |
| | | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 90cm x 200cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de parafusos e fita VHB. | Unitário | 1 |

1.1.1. A placa que deverá ser restaurada (item 01 do lote único) está afixada na faixa da do prédio a cerca de 5 metros do solo e embaixo de uma rampa de acesso para veículos, conforme imagem constante do Anexo Único do Termo de Referência.

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.2.1. O fornecedor vencedor é responsável pela instalação das placas confeccionadas, bem como pela retirada e reinstalação da placa a ser restaurada.

1.2.2. Os dizeres a serem impressos nas placas e nos adesivos serão informados pela Contratante em até 48 horas a contar da emissão da Nota de Empenho.

1.2.3. A placa do item 1 se encontra instalada, ficando a critério do fornecedor vencedor a retirada ou não da mesma para colagem do adesivo, devendo reinstalá-la no caso da retirada da mesma.

1.2.4. As placas do item 2 deverão ser fixadas com parafusos e fita VHB.

2. DOS LOTES:

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

A COTEP terá lote único devido às características específicas da contratação, sendo inviável a contratação de parte (serviço e material) em separado e de fornecedores

diferentes para cada um dos itens, podendo causar prejuízos à padronização, técnica empregada e efeito de garantia técnica e à economia de escala, pois um único contratado poderá cumprir todas as etapas da demanda a custos menores do que em separado.

2.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

A fim de atender ao disposto no art. 8º do Decreto 47.437/2018, a presente contratação contará com um lote para participação exclusiva a ME e EPP, uma vez que o valor total estimado do item de contratação é menor que R\$80.000,00.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação se justifica em função da nova ocupação do prédio pela Diretoria de Bens e Serviços Fazendários - DBENS, vinculada à SPGF, no ano de 2020. Antes no local funcionava outra unidade fazendária, a Delegacia Fiscal de Trânsito (DFT-BH), razão pela qual as atuais placas remanescentes no imóvel estão totalmente desatualizadas com a nova destinação do imóvel, sem contar as inúmeras divisões do prédio sem qualquer identificação para os usuários internos e externos.

Lado outro, a natureza do negócio desenvolvido no âmbito da Diretoria enseja a circulação de muitos prestadores de serviços terceirizados ou externos, reforçando a necessidade de uma melhor e correta identificação das suas repartições.

Assim, a necessidade de nortear os usuários internos e externos acerca dos locais destinados a cada divisão, banheiros, copa, refeitório, galpões, auditório etc. por si só já aponta a solução, que é única no mercado.

4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. A contratação será feita por meio de Cotação Eletrônica de Preços - COTEP, conforme as justificativas apresentadas a seguir:

4.1.1. Trata-se de bens comuns, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

4.1.2. O Decreto Estadual nº 46.095, de 2012, estabelece que a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns fundamentada no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será precedida da Cotação Eletrônica de Preços- COTEP.

4.1.3. A necessidade de se contratar aquele que oferecer o menor valor pelo fornecimento do objeto, dentro dos parâmetros objetivamente fixados neste Termo de referência.

4.1.4. As contratações realizadas por meio de Cotação Eletrônica de Preços - COTEP enquadram-se como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto 46.095, de 29 de novembro de 2012 e demais regulamentações pertinentes. Por força do Decreto Federal 9.412, 2018, o limite de valor para compras e serviços com dispensa é, atualmente, R\$ 17.600,00.

4.1.5. A aquisição será feita por Cotação Eletrônica de Preços (COTEP), a qual é autorizada pela Resolução SEPLAG nº. 106, de 14 de dezembro de 2012, uma vez que o valor não ultrapassa R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) e não representa fracionamento do objeto, conforme dispõe a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pois abrange toda a necessidade da Administração Pública para um ano.

4.1.6. A sessão pública virtual terá a duração de cinco dias úteis.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não se aplica, uma vez que a participação do fornecedor na COTEP presume sua capacidade técnica e jurídica para realização das transações dela decorrentes, nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução SEPLAG Nº 106/2012.

7. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

O critério de julgamento será o de menor preço global ofertado para o Lote Único.

8. DA PROVA DE CONCEITO:

8.1. DA PROVA DE CONCEITO:

8.1.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1.1. Prazo para conclusão dos serviços: até 30 (trinta) dias corridos contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

9.2. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Porto, 450 -Bairro São Francisco - Belo Horizonte - MG, mediante agendamento prévio pelo e-mail: spgfdbensdgs@fazenda.mg.gov.br

9.3. **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

9.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

9.3.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.3.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.3.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados em sua realização, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.3.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.3.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.3.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.3.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.3.4. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.3.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

9.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.4. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

Não se aplica.

10. **DO PAGAMENTO:**

10.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de

Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

11. DO CONTRATO:

11.1. O instrumento contratual será substituído por nota de empenho/autorização de fornecimento emitida pelo Portal de Compras/MG. Então, não se aplica contrato, uma vez que a entrega será única e integral, considerada aquela com prazo inferior a 30 dias e que não gere obrigação futura.

12. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

12.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

12.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

12.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

12.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

12.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

12.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 24.013 de 30/11/2021, aprovada para o exercício de 2022:

13.1.1. 1191 04 122 705 2500 0001 3390 3904 e 3999, fontes 10.1 e/ou 29.1

14. DAS GARANTIAS:

14.1. GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO:

14.1.1. Não será exigida garantia de execução para este objeto.

14.2. GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL

14.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

15. DA VISTORIA TÉCNICA:

15.1. As empresas interessadas poderão realizar visita técnica para melhor conhecimento das condições de execução do objeto.

15.2. A vistoria técnica será realizada nas seguintes condições: prévio agendamento através do e-mail: spgfdbensdgs@fazenda.mg.gov.br e/ou telefone: (31)98778-9647.

15.3. A vistoria técnica será acompanhada pelo servidor: Luiz Sergio Custódio

15.4. O fornecedor que desejar realizar visita técnica deverá agendar dia e horário específico, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

15.5. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais, ou de projetos ou amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não será permitida a subcontratação.

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

17.1. **DA CONTRATADA:**

17.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

17.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

17.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

17.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

17.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

17.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação, se houver.

17.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

17.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

17.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

17.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

17.1.11. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

17.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.1.13. Manter preposto, caso necessário, aceito pela Administração, para representá-lo no local da execução do objeto contratado.

17.2. **DA CONTRATANTE:**

17.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

17.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da CONTRATADA.

17.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

17.2.5. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

17.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

17.2.8. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

17.2.9. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço, caso necessário.

18. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. advertência por escrito;

18.1.2. multa de até:

18.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

18.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

18.1.2.3. 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois)anos;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5.

18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.50967216

18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3, 18.1.4 e 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual -CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização -PAR.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.519,50 (dez mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta centavos)** conforme tabela abaixo, a qual estabelece os valores unitários e globais para cada Lote da aquisição e de acordo com a planilha estimativa de custos anexa (52813609).

| Lote Único | | | | | | | | | |
|------------|-------|--|----------|------------|----------------------------------|--------------------|-------------------|----------------|--------------|
| Nº | Item | Descrição do Item de Material | Unidade | Quantidade | Empresa | CNPJ | Origem | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 22276 | Restauração de placa externa existente com dimensões (LxA) 620cm x 60cm, consistindo em limpeza, remoção de adesivo existente e aplicação de novo adesivo de vinil de impressão digital. | Unitário | 1 | RSR PLACAS LTDA (PLACAS LEO) | 37.586.900/0001-72 | Direto c/ Empresa | R\$ 2.500,00 | R\$ 2.500,00 |
| | | | | | ALIGRAF COMUNICACAO VISUAL | 41.626.675/0001-28 | Direto c/ Empresa | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 |
| | | | | | MAPA COMUNICACAO VISUAL E PLACAS | 25.403.162/0001-00 | Direto c/ Empresa | R\$ 1.150,00 | R\$ 1.150,00 |
| | | | | | Valor mediano | | | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.500,00 |
| Nº | Item | Descrição do Item de Material | Unidade | Quantidade | Empresa | CNPJ | Origem | Valor Unitário | Valor Total |
| | | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 50cm x 10cm, | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--|---|----------|----|----------------------------------|--------------------|---------------------|--------------|----------------------|--|
| | confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 41 | | | | R\$ 140,00 | R\$ 5.740,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 18cm x 18cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 9 | RSR PLACAS LTDA (PLACAS LEO) | 37.586.900/0001-72 | Direto c/ Empresa | R\$ 110,00 | R\$ 990,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 90cm x 200cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de parafusos e fita VHB. | Unitário | 1 | | | | R\$ 1.800,00 | R\$ 1.800,00 | |
| | TOTAL | | | | | | | R\$ 8.530,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 50cm x 10cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 41 | | | | R\$ 200,00 | R\$ 8.200,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 18cm x 18cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 9 | ALIGRAF COMUNICACAO VISUAL | 41.626.675/0001-28 | Direto c/ Empresa | R\$ 40,00 | R\$ 360,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 90cm x 200cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de parafusos e fita VHB. | Unitário | 1 | | | | R\$ 2.500,00 | R\$ 2.500,00 | |
| | TOTAL | | | | | | | R\$ 11.060,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 50cm x 10cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 41 | | | | R\$ 95,50 | R\$ 3.915,50 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 18cm x 18cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de fita VHB. | Unitário | 9 | MAPA COMUNICACAO VISUAL E PLACAS | 25.403.162/0001-00 | Direto c/ Empresa | R\$ 75,00 | R\$ 675,00 | |
| | Fornecimento e instalação de placa de identificação interna com dimensões (LxA) 90cm x 200cm, confeccionada em aço inox escovado com aplicação de vinil de impressão digital e fixação realizada através de parafusos e fita VHB. | Unitário | 1 | | | | R\$ 4.429,00 | R\$ 4.429,00 | |
| | TOTAL | | | | | | | R\$ 9.019,50 | |
| | Valor Mediano | | | | | | | R\$ 9.019,50 | |
| | | | | | | Valor Global | | R\$ 10.519,50 | |

19.2 A pesquisa de preços foi realizada com fulcro na Resolução Conjunta 9.447, de 2015, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços e regulamenta a utilização de preços de referência disponibilizados pelo Módulo de Melhores Preços do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais - SIAD, qual estabelece:

"Art. 3º A pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços será realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros:

- I. Portal de Compras MG - <http://www.compras.mg.gov.br/> ou Módulo de Melhores Preços - SISMP do SIAD;
- II. Banco ou portal de preços, mantido por entidade pública ou prestador de serviços especializado, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
- III. Atas de registros de preços vigentes e contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou
- IV. Pesquisa com os fornecedores.

§1º A pesquisa de preços deverá contemplar pelo menos três preços para cada item de material ou serviço, identificados por meio de um ou de mais parâmetros indicados no caput.

§2º Na hipótese do Módulo de Melhores Preços do SIAD, o sistema calcula e disponibiliza o preço de referência a partir dos preços registrados na base de dados do sistema.

Art. 4º O Módulo de Melhores Preços - SISMP objetiva subsidiar a realização de estimativa de preço para a aquisição de bens e contratação de serviços, bem como fornecer elementos para o julgamento de preços nos processos de compras estaduais.

§1º O banco de dados do SISMP armazenará os preços praticados pela Administração Pública Estadual, obtidos ao final dos

procedimentos de compras realizados por meio do sistema SIAD."

Foram juntados aos autos do processo de compras o Mapa Comparativo de Preços gerado pelo sistema, contendo as informações obtidas na coleta de preços com os fornecedores (50654486, 50654433 e 50654434).

Erich Fernando de Araújo Silva
Diretor de Bens e Serviços Fazendários/SPGF



Documento assinado eletronicamente por **Erich Fernando de Araujo Silva, Diretor**, em 26/09/2022, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53628518** e o código CRC **5C2FAD6B**.

Referência: Processo nº 1190.01.0007498/2022-18

SEI nº 53628518

ANEXO ÚNICO
IMAGEM DA PLACA A SER RESTAURADA - ITEM 01 DO LOTE ÚNICO

A

